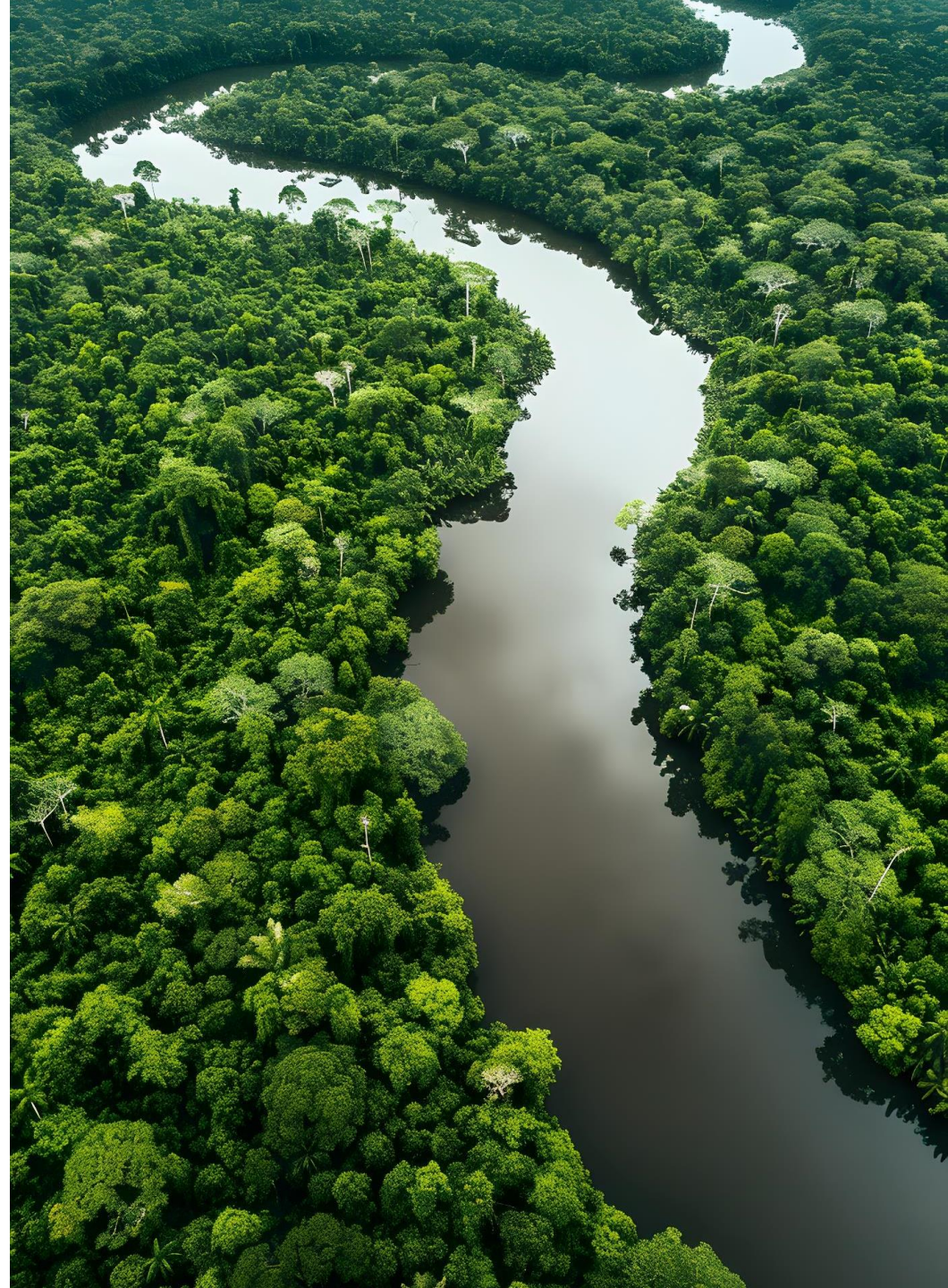


Dívida Pública Federal

Apresentação para investidores



Brasil em resumo



5TH

MAIOR PAÍS EM ÁREA

8.510.420 km²

11TH

MAIOR PIB DO MUNDO

US\$ 2,28 trilhões (2025, WEO Abril 2026)

5TH

MAIOR DESTINO DE IED

US\$ 76,9 bilhões (2025)

7TH

MAIOR POPULAÇÃO

212 milhões (2024)

GDP

PIB PER CAPITA US\$ 10.686

(2025, WEO Abril 2026)

1 Cenário Macroeconômico

2 Gestão da Dívida Pública Federal



Cenário Macroeconômico

- Trilhando um caminho de reformas estruturais
- Crescimento econômico consistente
- Compromisso com a consolidação fiscal
- Melhoras no *rating* soberano



Brasil mantém uma agenda de sucessivas reformas estruturais



Reforma Tributária – Impactos Econômicos Diretos

Redução da Complexidade

- Redução do Custo Brasil
- Redução do custo de conformidade (tempo e custo administrativo)
- Menor contencioso tributário
- Ganhos de eficiência

Impulsionando o Investimento e a Competitividade

- Aumento da atratividade para o investimento, doméstico e estrangeiro
- Aumento da competitividade nos mercados globais
- Redução dos diferenciais entre alíquotas tributárias
- Melhora do ambiente de negócios

Redução das tensões federativas

- Diminuição das disputas fiscais internas
- Menor dependência de incentivos fiscais e subsídios

Equidade e Impacto Social

- Melhora da distribuição de renda
- Efeitos progressivos

- FMI 2024, Artigo IV, Brasil, Anexo VIII. Analisando a Reforma do IVA brasileira (tradução livre):
 - “Reduzir a zero o imposto sobre insumos intermediários e impor neutralidade arrecadatória via ajustes no IVA aumentaria o PIB em 11% em relação ao *status quo*, no longo prazo.”
 - “De acordo com o MIMMI⁽¹⁾, a reforma gera fortes ganhos de eficiência por meio da expansão do setor formal, com apenas leves implicações distributivas e sobre a taxa de pobreza.”
 - “Espera-se que a reforma tributária promova alívio da carga tributária sobre os mais pobres.”

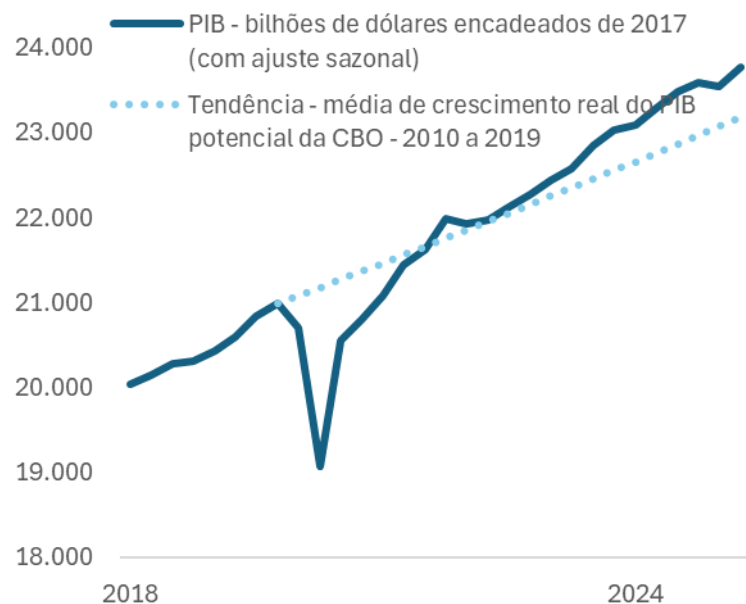
Nota: (1) *Multisector Incomplete Markets Macro-Inequality Model*, desenvolvido pelo FMI analisar o impacto distributivo de políticas e reformas, especialmente em países com mercados incompletos e elevada desigualdade.



Após crises, os países enfrentam dificuldades para retomar a tendência de crescimento.

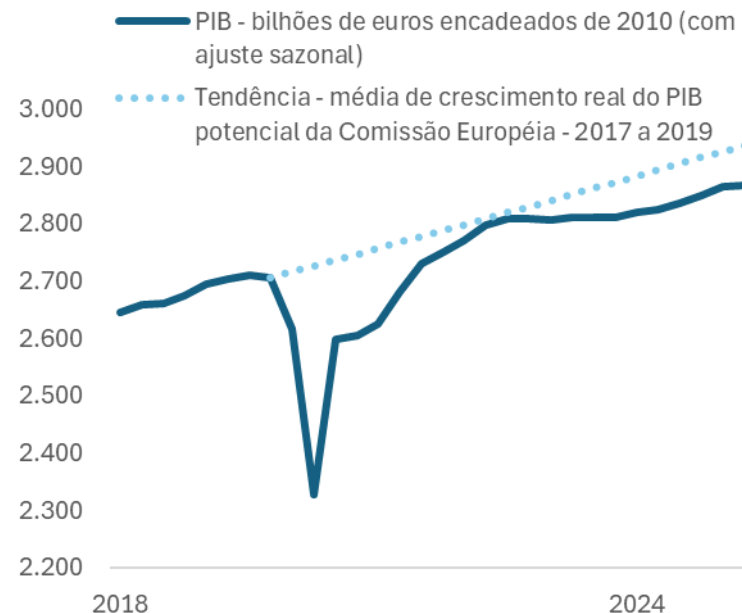
Os Estados Unidos se destacaram ao registrar uma retomada do PIB em ritmo mais acentuado.*

Estados Unidos



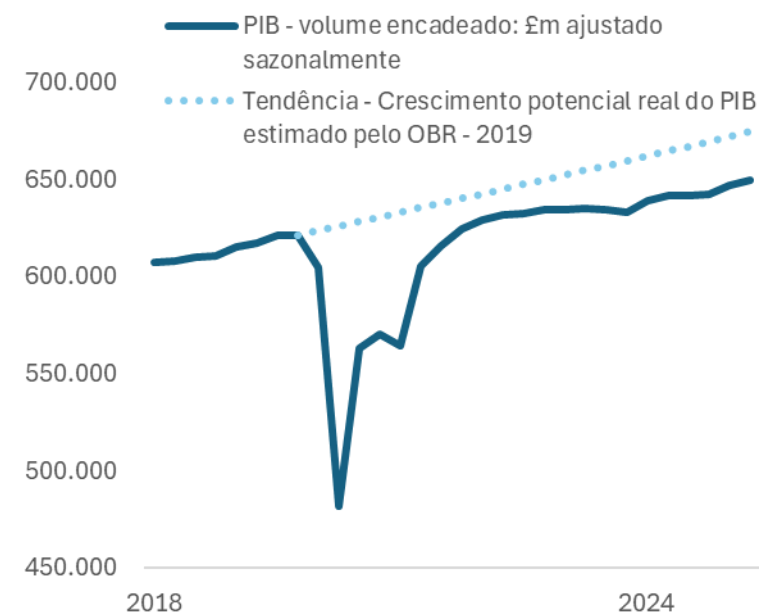
Fonte: FED St. Louis e Congressional Budget Office - CBO

Zona do Euro



Fonte: FED St. Louis e Comissão Europeia

Reino Unido



Fonte: Office for National Statistics e Office for Budget Responsibility - OBR

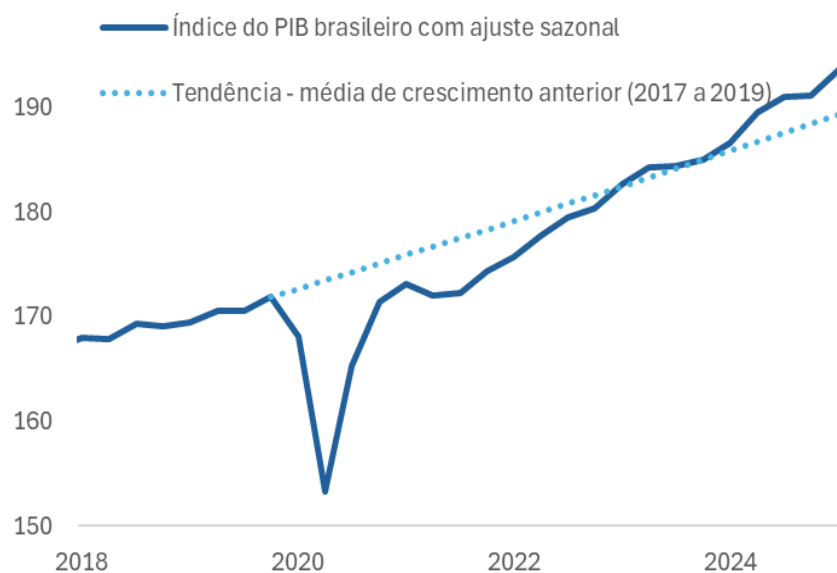
* FEDS Notes, *Why is the U.S. GDP recovering faster than other advanced economies?* May 17, 2024



Tendência semelhante se observa para os mercados emergentes

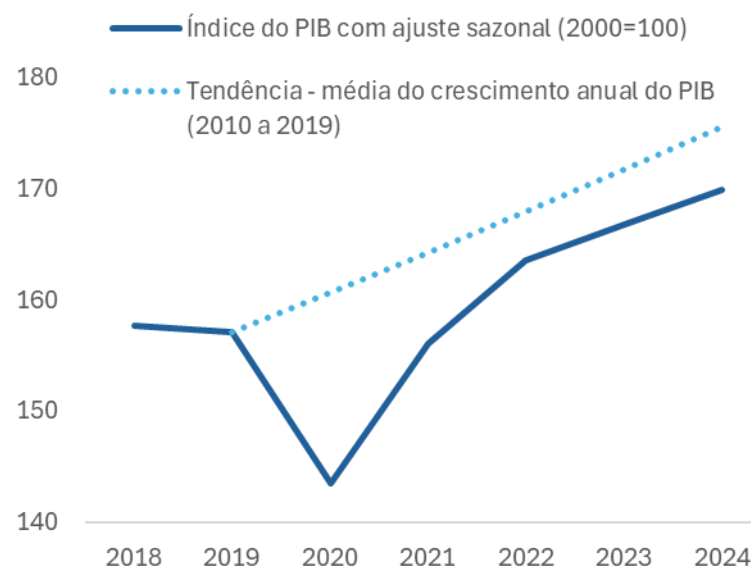
Já o Brasil se destaca por superar a tendência de crescimento prévia à pandemia, após uma série de reformas estruturais

Brasil



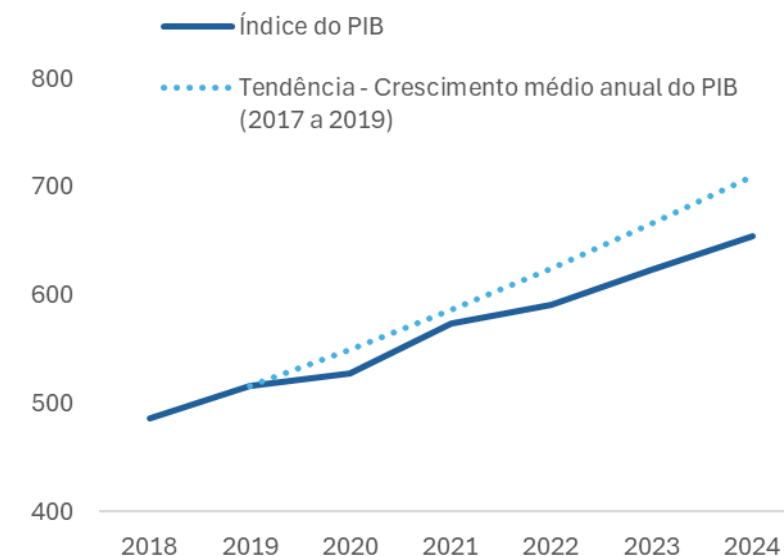
Fonte: IBGE

América Latina (exceto Brasil)



Fonte: FMI (WEO abr/25)

China

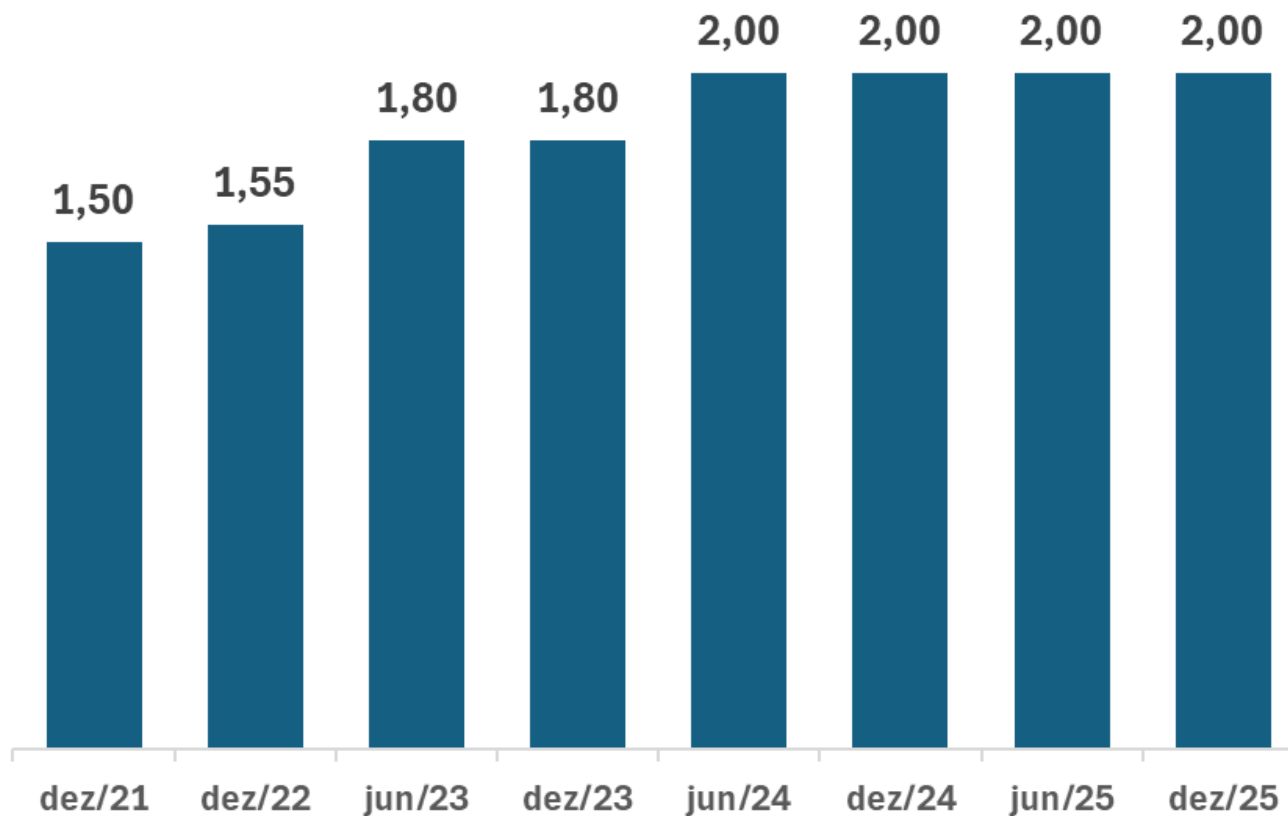


Fonte: FMI (WEO abr/25)



Melhoria nas estimativas do PIB potencial

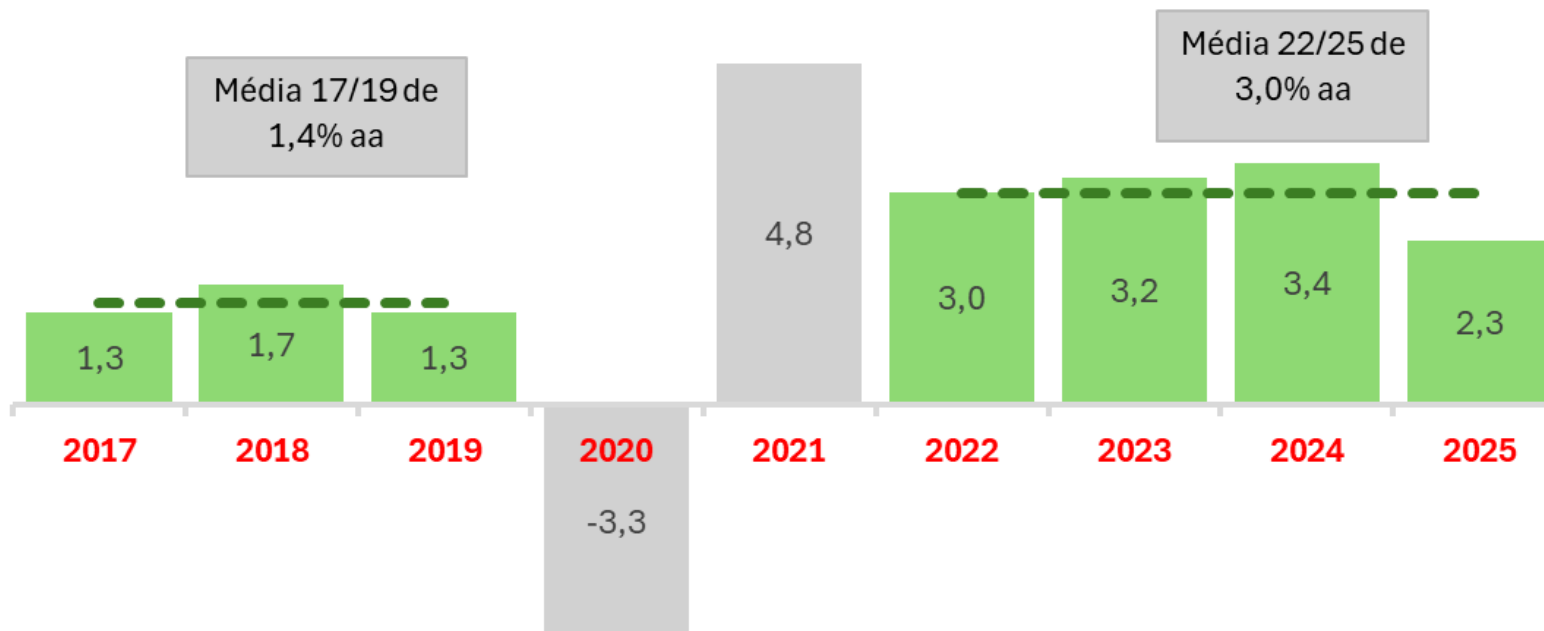
Taxa de crescimento do PIB potencial (mediana das respostas das análises do mercado)



Crescimento atual do PIB brasileiro supera a media anterior à pandemia

A melhora do crescimento se dá, em grande medida, às reformas econômicas dos últimos anos

Crescimento do PIB - Brasil (%)

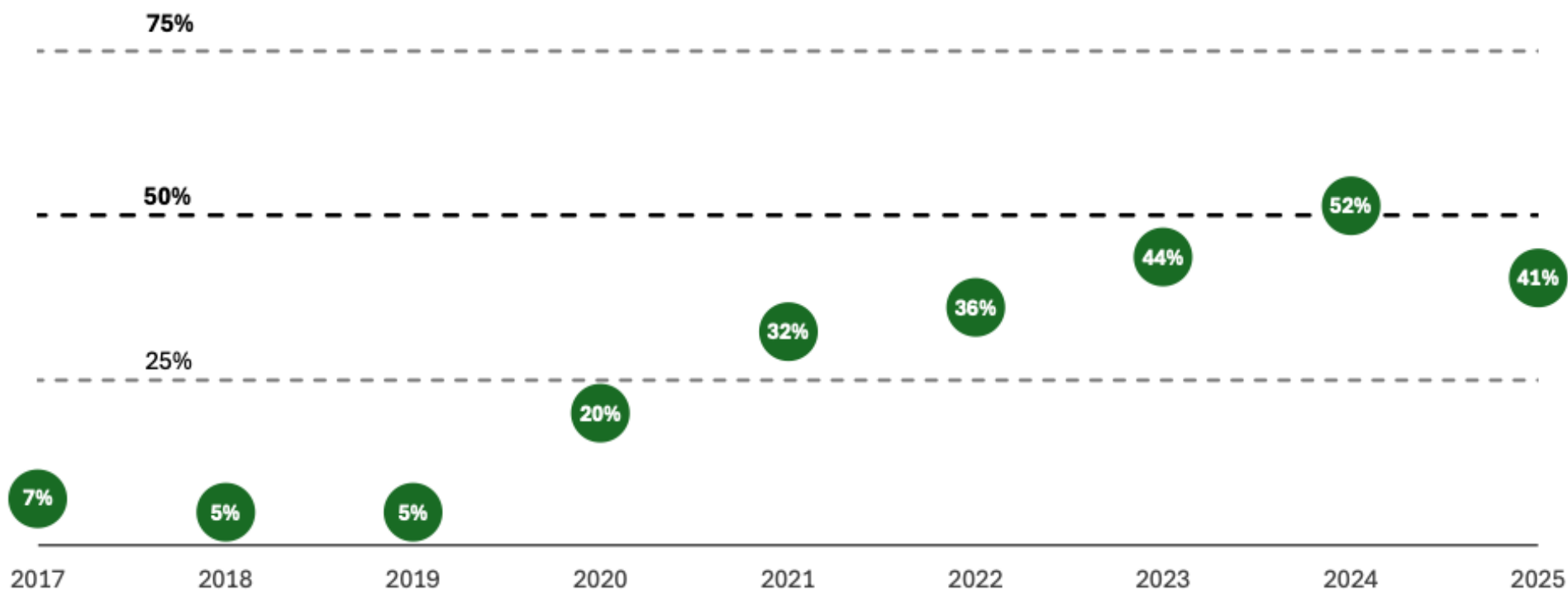


Fonte: IBGE

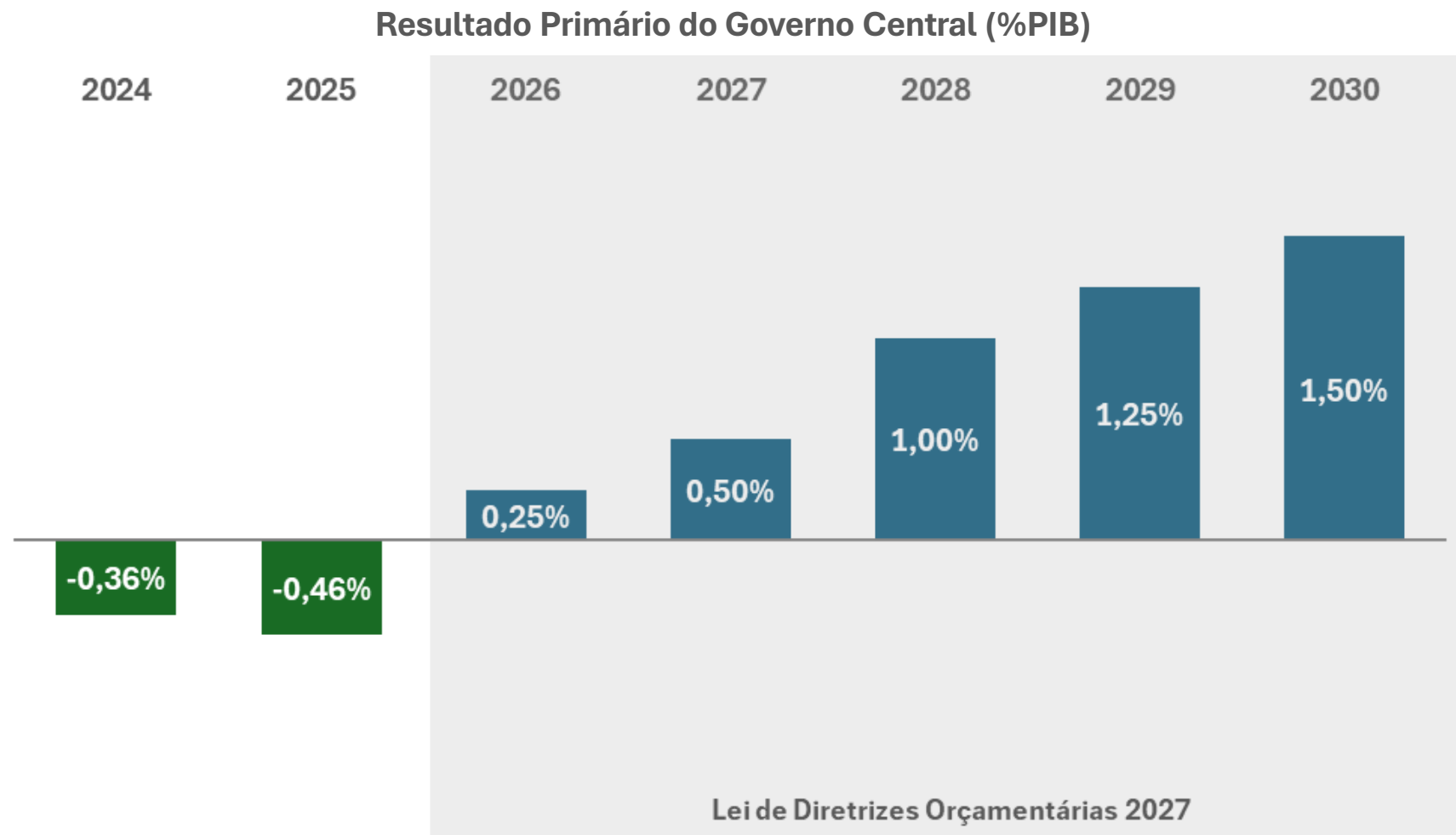


Desempenho do PIB do Brasil se aproxima da mediana global

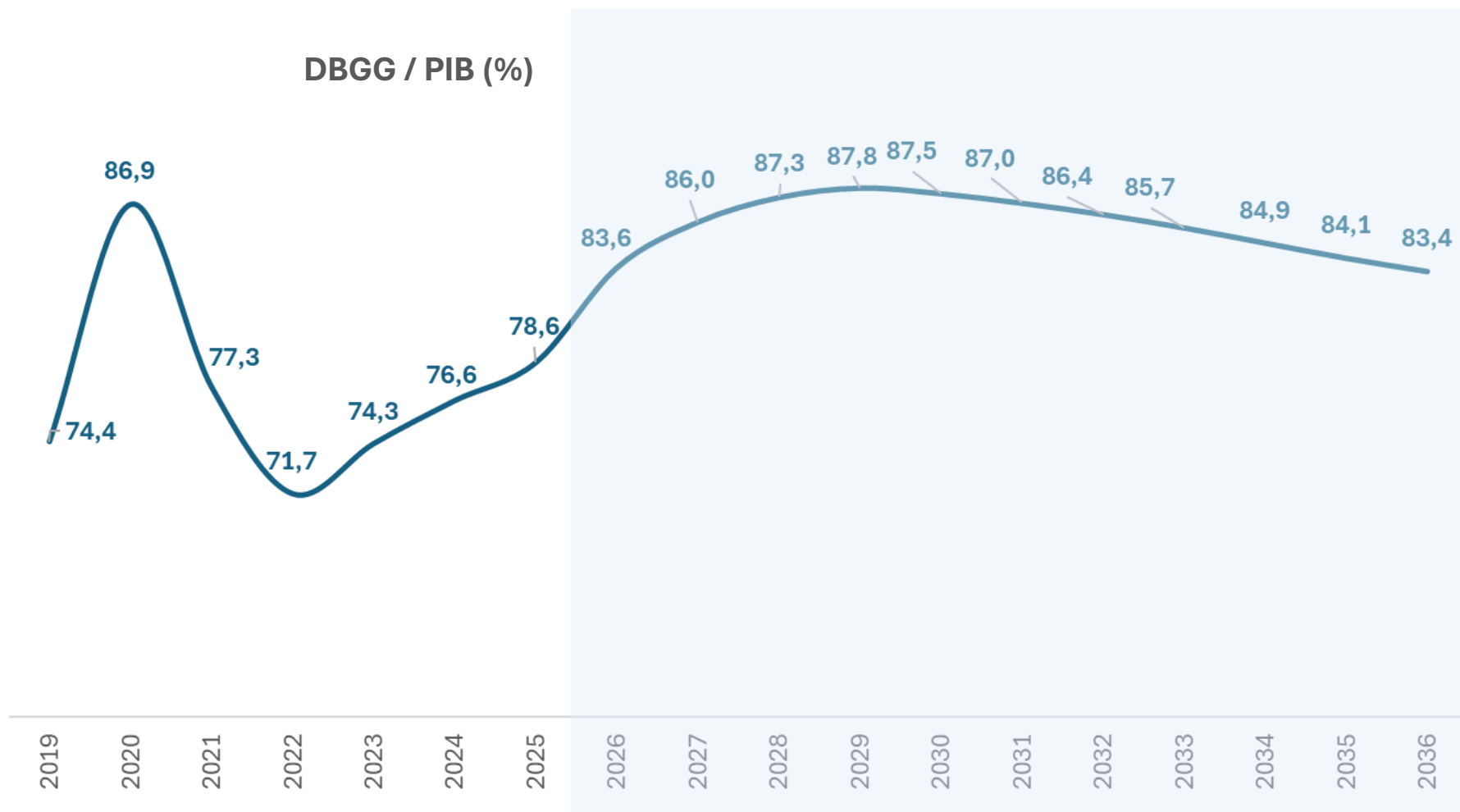
Posição no percentil se eleva, saindo de 5% em 2018 para entre 40% a 50% após 2023



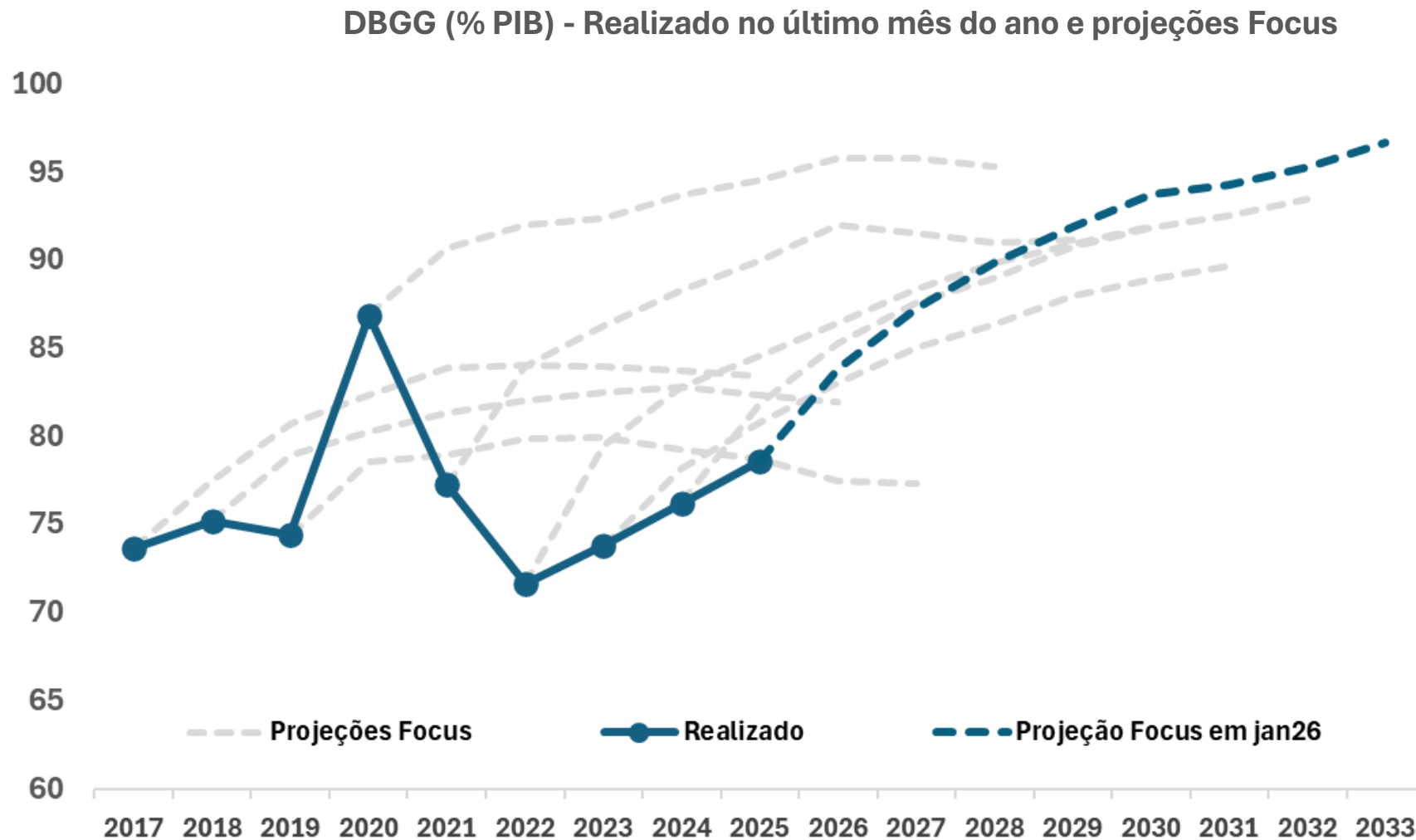
Com o Regime Fiscal Sustentável, são esperados superávits crescentes nos próximos anos.



Estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral no médio prazo



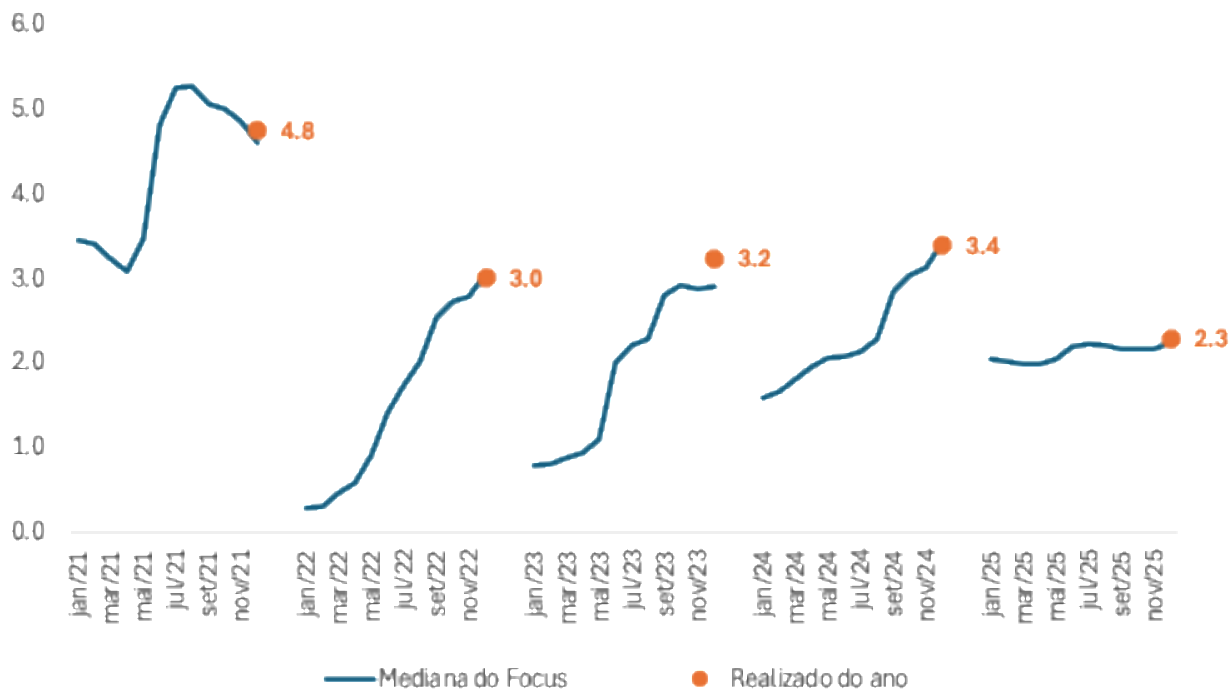
As estimativas de mercado no início do ano tendem a superestimar a DBGG ao final do período.



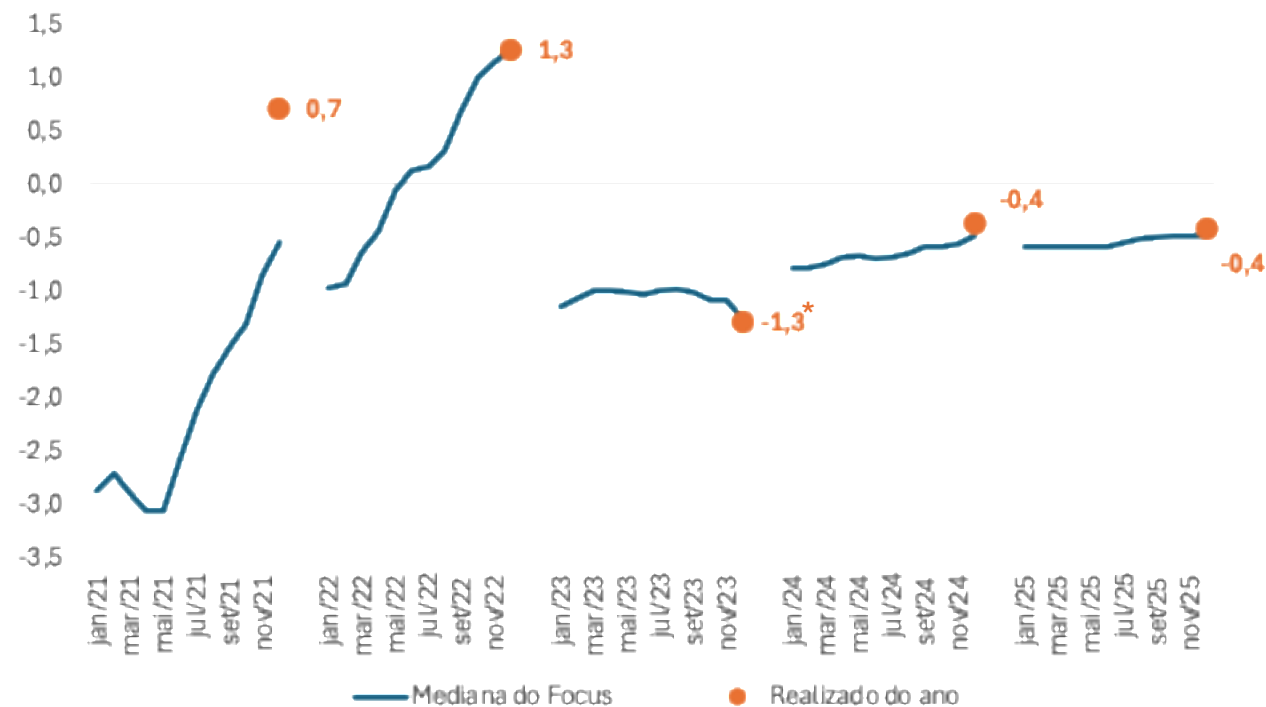
Nos últimos anos, as projeções de mercado para o PIB e para o Resultado Primário têm sistematicamente subestimado esses indicadores, como revela a mediana do Focus.

As melhoras no PIB e no Resultado Primário explicam, em parte, uma menor DBGG quando comparada às expectativas de mercado.

Crescimento anual do PIB (%)



Resultado primário (% PIB)

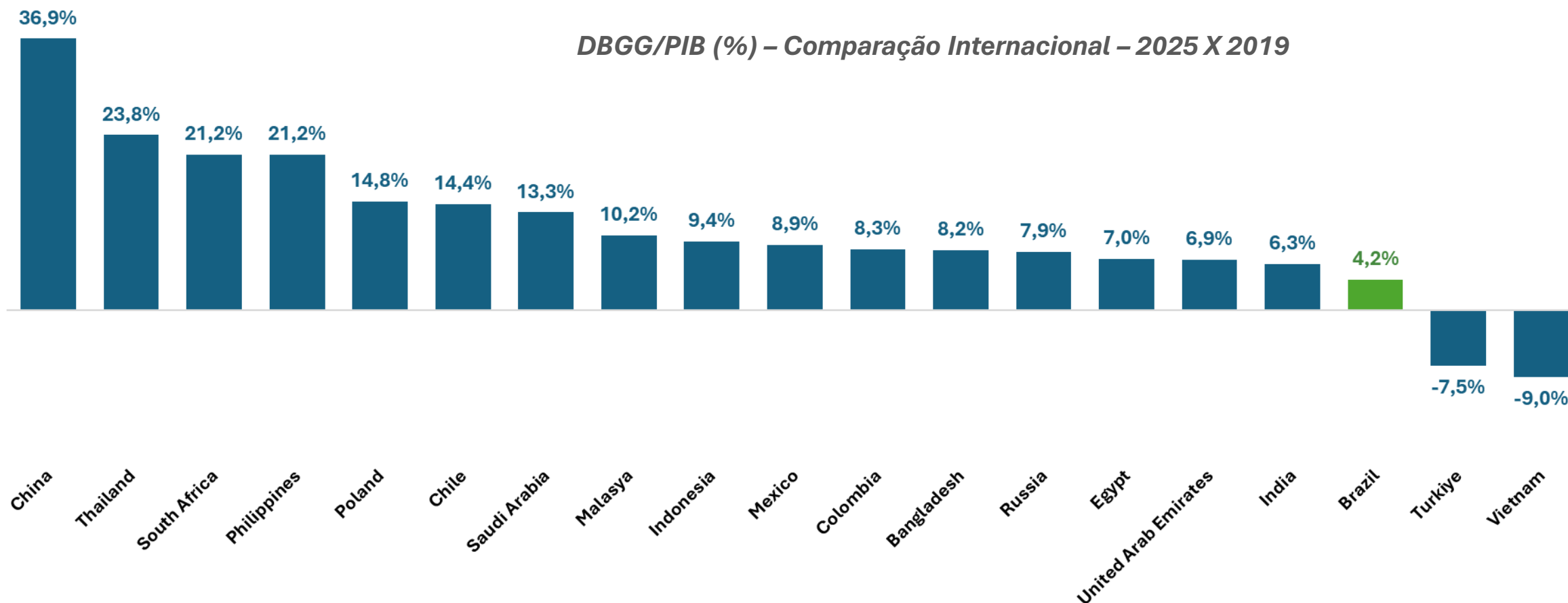


* O resultado de 2023 exclui a compensação aos Estados referente ao ICMS (R\$27 bi) e o pagamento de precatórios (R\$ 92,4 bi)



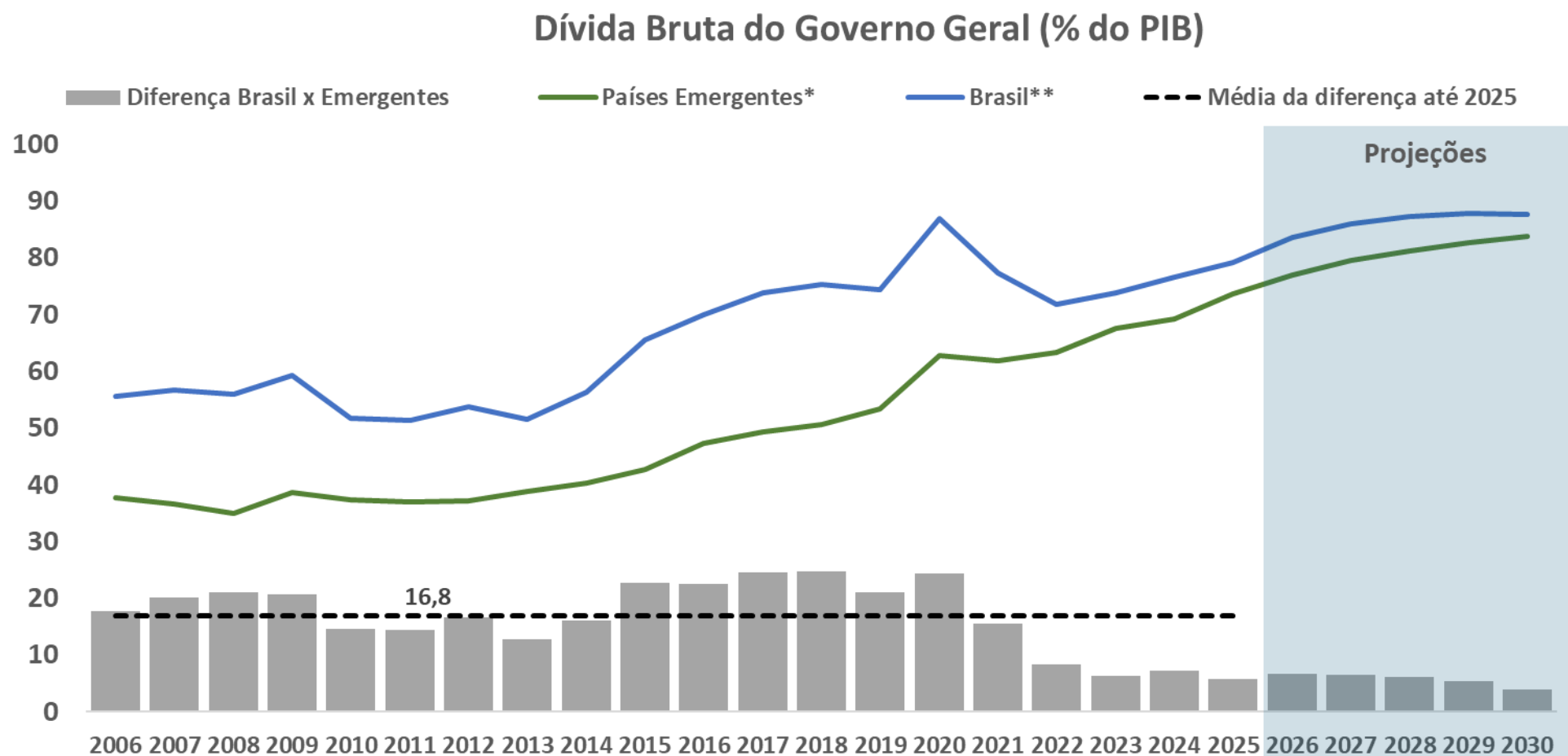
Brasil é um dos países com menor crescimento da razão DBGG/PIB após pandemia

O nível atual é 4,2% acima da relação DBGG/PIB de 2019.



A relação DBGG/PIB comparada à media ponderada das 20 maiores economias emergentes está próxima à mínima histórica

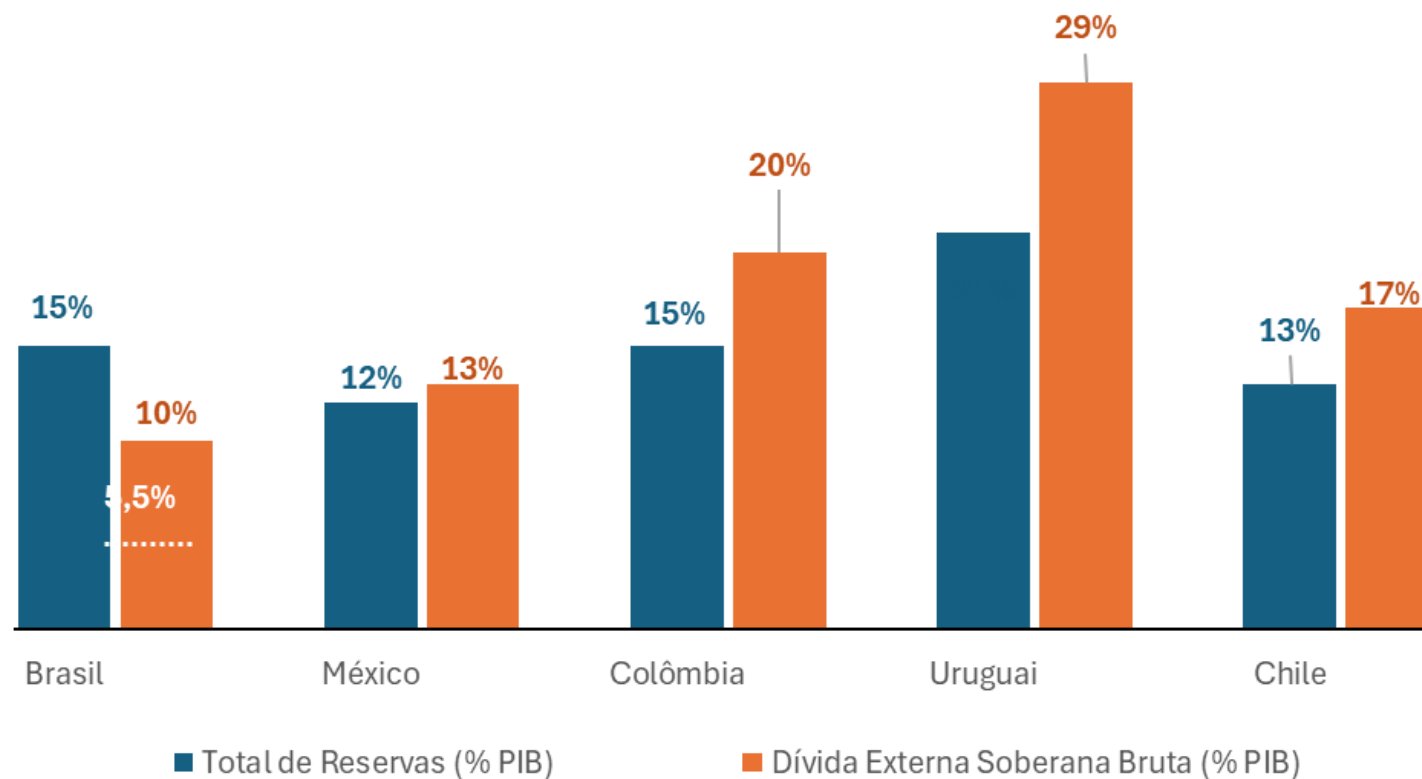
DBGG – Comparação internacional



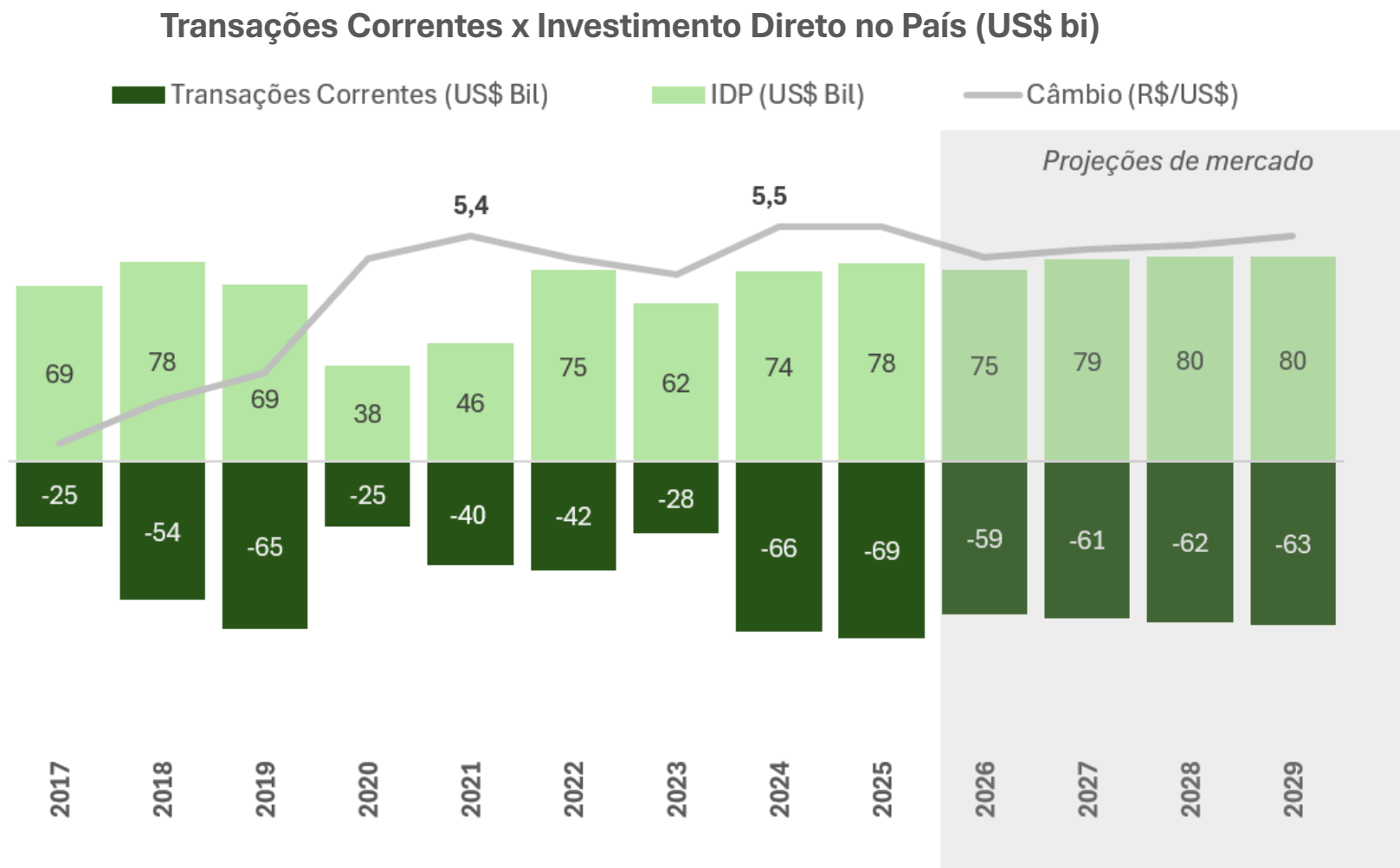
Reservas totais significativamente maiores que a dívida soberana externa

Governo Federal do Brasil é um credor externo

Reservas Internacionais e Dívida Soberana Bruta Externa em 2024 (% PIB)



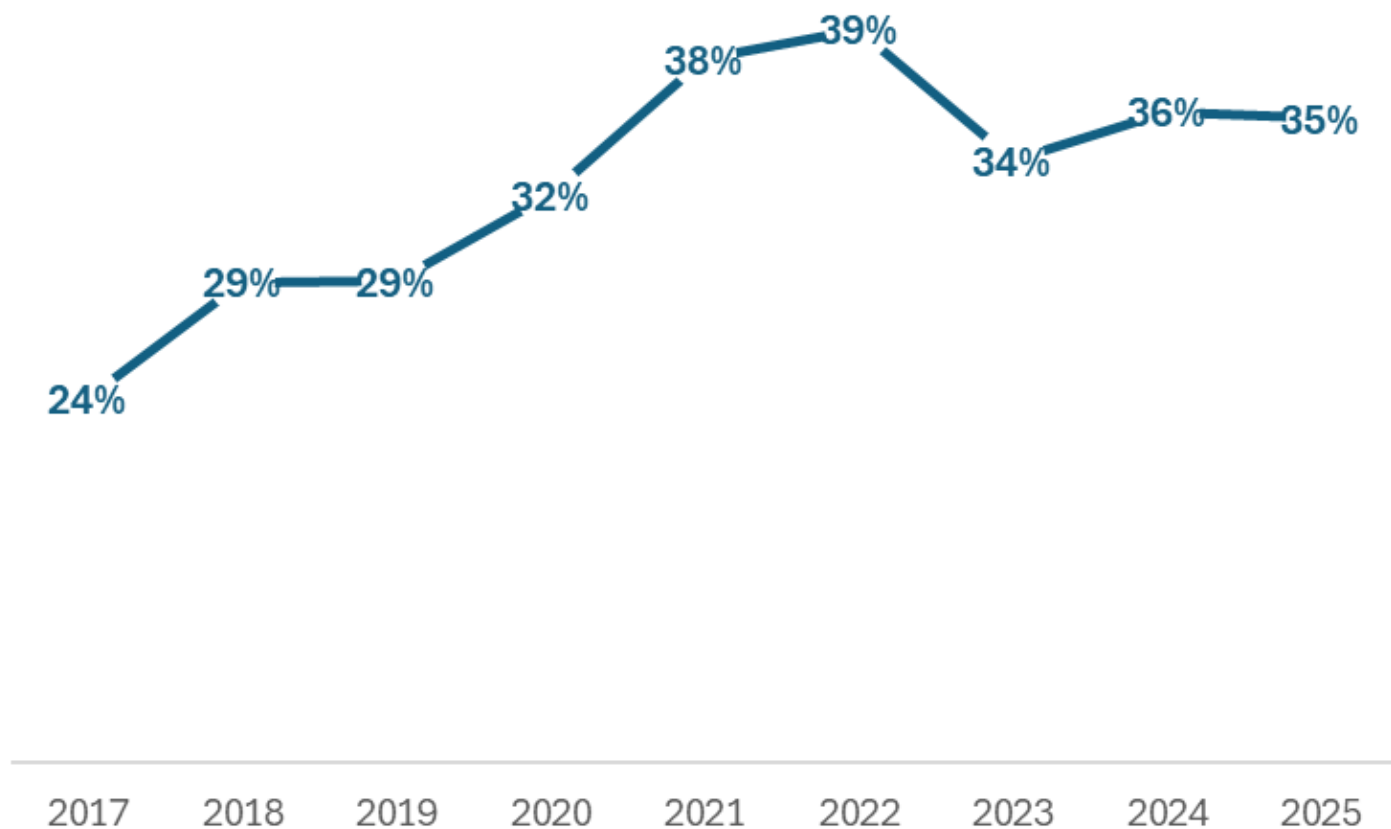
Baixa vulnerabilidade no setor externo.



Brasil vem ampliando o comércio internacional de bens

Comércio Internacional de bens representa mais de 30% do PIB

Comércio Internacional - (Exportações+Importações)/PIB



Uma série de atualizações positivas na classificação de crédito do país reflete avanços nas perspectivas econômicas e aproxima o Brasil do grau de investimento.

	S&P	2022	2023	2024	2025
Grau de Investimento	BBB+ BBB BBB-				
Grau especulativo	BB+ BB BB- B+	BB-	BB	BB	BB

S&P Global
Ratings

Em **5 de junho de 2025**, a **S&P** manteve a nota de crédito soberana do Brasil em **'BB'**, com perspectiva **estável**.

	Fitch	2022	2023	2024	2025
Grau de Investimento	BBB+ BBB BBB-				
Grau especulativo	BB+ BB BB- B+	BB-	BB	BB	BB

Fitch
Ratings

Em **25 de junho de 2025**, a **Fitch** manteve a nota de crédito soberana do Brasil em **'BB'**, com perspectiva **estável**.

	Moody's	2022	2023	2024	2025
Grau de Investimento	Baa1 Baa2 Baa3				
Grau especulativo	Ba1 Ba2 Ba3 B1	Ba2	Ba2	Ba1	Ba1

MOODY'S

Em **30 de maio de 2025**, a **Moody's** manteve a nota de crédito soberana do Brasil em **'Ba1'**, com perspectiva **estável**.



NOVO BRASIL: Plano de Transformação Ecológica para promoção do desenvolvimento sustentável

- O Plano tem como objetivo estimular investimentos com impacto ambiental positivo e que reduzam desigualdades.
- Ele é estruturado em torno de 6 pilares:
 - Finanças sustentáveis
 - Avanço tecnológico
 - Bioeconomia e sistemas agroalimentares
 - Transição energética
 - Economia circular
 - Nova infraestrutura verde e adaptação

Projetos em destaque:

- **Mercado de carbono** (modelo cap-and-trade):
A Lei nº 15.042, de dezembro 2024, instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE), para regular o mercado de carbono no Brasil, com permissões negociáveis de emissões de GEE.
- **Combustíveis do futuro** (diesel verde, biodiesel, biogás, etanol, captura e estocagem de carbono e combustíveis sintéticos) Lei nº 14.933/2024
- **Programa MOVER Program** (Mobilidade verde e inovação):
Incentivos fiscais em P&D voltados para a descarbonização do setor de mobilidade. Lei nº 14.902/2024
- **Taxonomia Sustentável Brasileira:**
O Decreto nº 12.705/2025 criou a Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), que é um Sistema de classificação que define critérios para que uma atividade econômica seja considerada sustentável.

Programa Eco Invest Brasil foi criado para destravar investimentos sustentáveis privados, e atrair capital externo para investimentos de longo prazo

Eco Invest Brasil

- O Eco Invest Brasil é uma Iniciativa liderada pelo Ministério da Fazenda e pelo Tesouro Nacional cujos objetivos são:
 - Promover investimentos em projetos que promovam a transição para uma economia sustentável;
 - Atrair investimentos estrangeiros para o Brasil;
 - Melhorar o acesso a mercados internacionais de capitais para empresas e projetos estrangeiros;
 - Apoiar o desenvolvimento do mercado de proteção cambial de longo prazo.
- A iniciativa tem quatro sublinhas de crédito:
 - Blended finance;
 - Facilidade de liquidez cambial de longo prazo;
 - Fomento à proteção cambial;
 - Estruturação de projetos.
- **Outubro 2024: 1º Leilão Eco Invest**, com foco na **transição energética**. 7 R\$ bilhões em capital catalítico, e expectativa de 45 R\$ bilhões em investimentos nos próximos dois anos.
- **Abril 2025: 2º Leilão Eco Invest**, com mobilização de R\$30,2 bilhões de investimentos para viabilizar a recuperação de 1,4 milhão de hectares degradados, e promoção da conversão de áreas degradadas em sistemas produtivos sustentáveis.
- **Outubro 2025: 3º Leilão Eco Invest**, com foco em formação de capital fixo através de Equity . Proposta de foco em cadeias prioritárias do Novo Brasil - Plano de Transformação Ecológica.
- **Novembro 2025: Lançamento do 4º Leilão Eco Invest**, para fomento à projetos de bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura com ênfase na Amazônia Legal.
- **Mai 2026: Lançamento do 5º Leilão Eco Invest**, com objetivo de fomentar inovação tecnológica em cadeias produtivas estratégicas da economia verde.



1

Cenário Macroeconômico

2

Gestão da Dívida Pública Federal



Gestão da Dívida Pública Federal

- Dívida predominantemente em moeda doméstica (95% do total)
- Mercado interno robusto e base de investidores diversificada
- Reserva de liquidez para gestão da dívida acima do nível prudencial

Gestão da dívida pública com base em objetivos e diretrizes

Objetivo da Gestão da Dívida Pública Federal

O objetivo da gestão da Dívida Pública Federal é suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do Governo Federal, ao menor custo no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco, e , adicionalmente, contribuir para o bom funcionamento do mercado brasileiro de títulos públicos.

Diretrizes da Gestão da Dívida Pública

- Substituição gradual dos títulos pós-fixados por títulos prefixados e por índices de preços;
- Suavização estrutura de vencimentos, especialmente a dívida de curto prazo;
- Aumento do prazo médio do estoque;
- Desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros e incentivo à liquidez no mercado secundário de títulos;
- Diversificação e ampliação da base de investidores e;
- Manutenção da reserva de liquidez acima do nível prudencial.

A composição desejada deve ser buscada gradualmente no longo prazo (até 2035), constituindo um guia para a elaboração de estratégias de financiamento

Composição desejada para a DPF no longo prazo (benchmark)

Indicador	Benchmark		Intervalo	
	Composição (% da DPF)	Prazo Médio (anos)	Composição (% da DPF)	Prazo Médio (anos)
Indexadores				
Prefixados	35	3,0	± 2,0	± 0,3
Índice de Preços	35	7,5	± 2,0	± 0,5
Taxa Flutuante	23	3,5	± 2,0	± 0,3
Câmbio	7	7,5	± 2,0	± 0,5
Estrutura de vencimentos				
Prazo Médio da DPF		5,0		± 0,5
% Vincendo em 12 meses	20		± 2,0	

Plano Anual de Financiamento 2026: expectativas para indicadores da DPF

Indicadores	dez/24	dez/25	abr/26	Limites do PAF 2026	
				Mínimo	Máximo
Estoque da DPF* em Mercado (R\$ bilhões)					
	7.316,1	8.635,1	8.798,3	9.700	10.300
Composição da DPF (%)					
Prefixados	22,0	22,1	20,9%	21,0	25,0
Índices de preços	27,0	25,9	26,8%	23,0	27,0
Taxa Flutuante	46,3	48,3	48,6%	46,0	50,0
Câmbio	4,8	3,8	3,8%	3,0	7,0
Estrutura de vencimentos da DPF					
% Vincendo em 12 meses	17,9	17,5	19,0	18,0	22,0
Prazo Médio (anos)	4,0	4,0	4,1	3,8	4,2

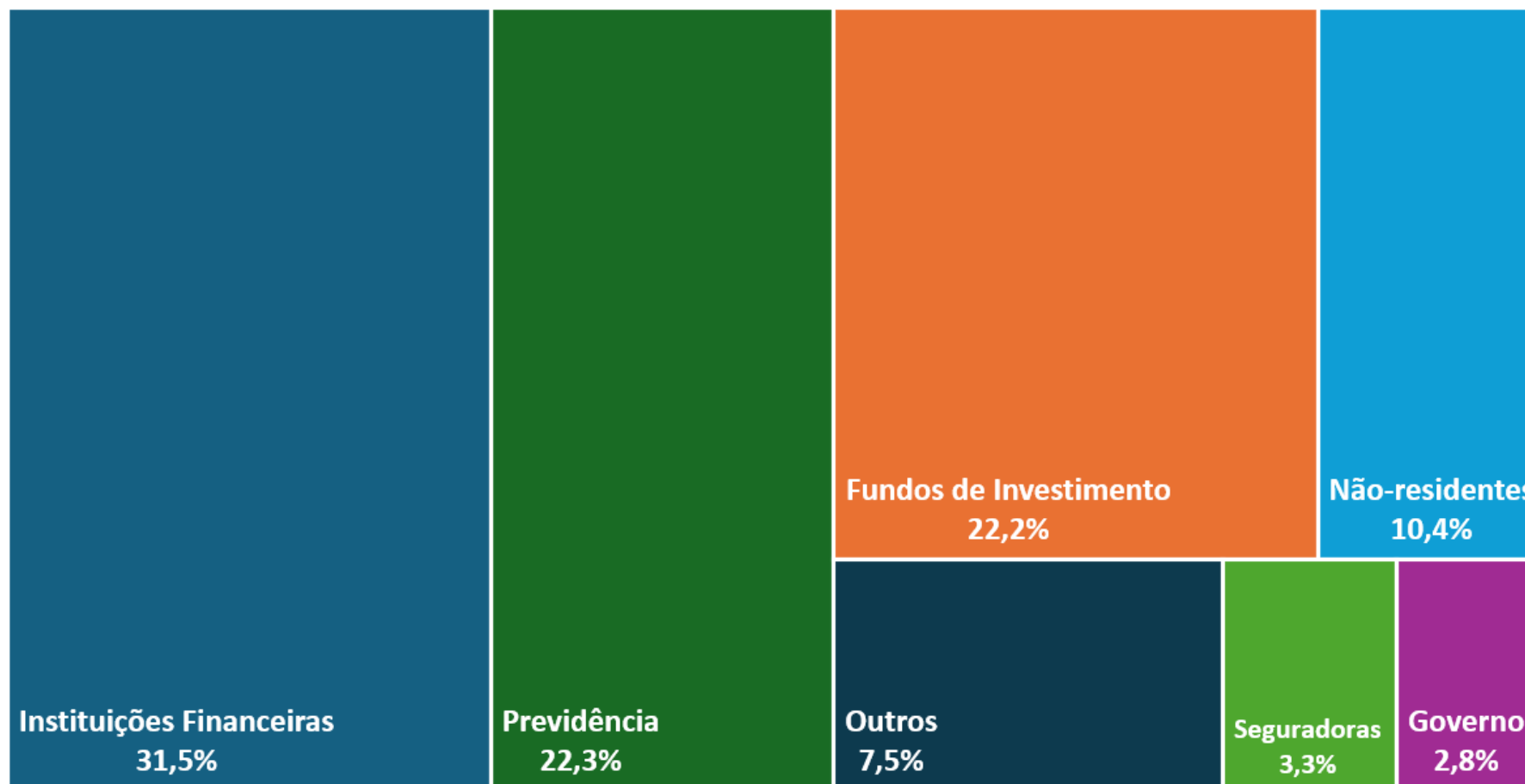
*Inclui DPMFi (R\$ 8.462,38 bilhões - abr26) e DPFe (R\$ 335,88 bilhões - abr26) administrada pelo Tesouro Nacional.

Fonte: Plano Anual de Financiamento – PAF 2026 e Relatório Mensal da Dívida – RMD



A base de investidores é diversificada, o que contribui para a redução de riscos associados à Gestão da Dívida Pública Federal

Base de investidores (Abril 2026)

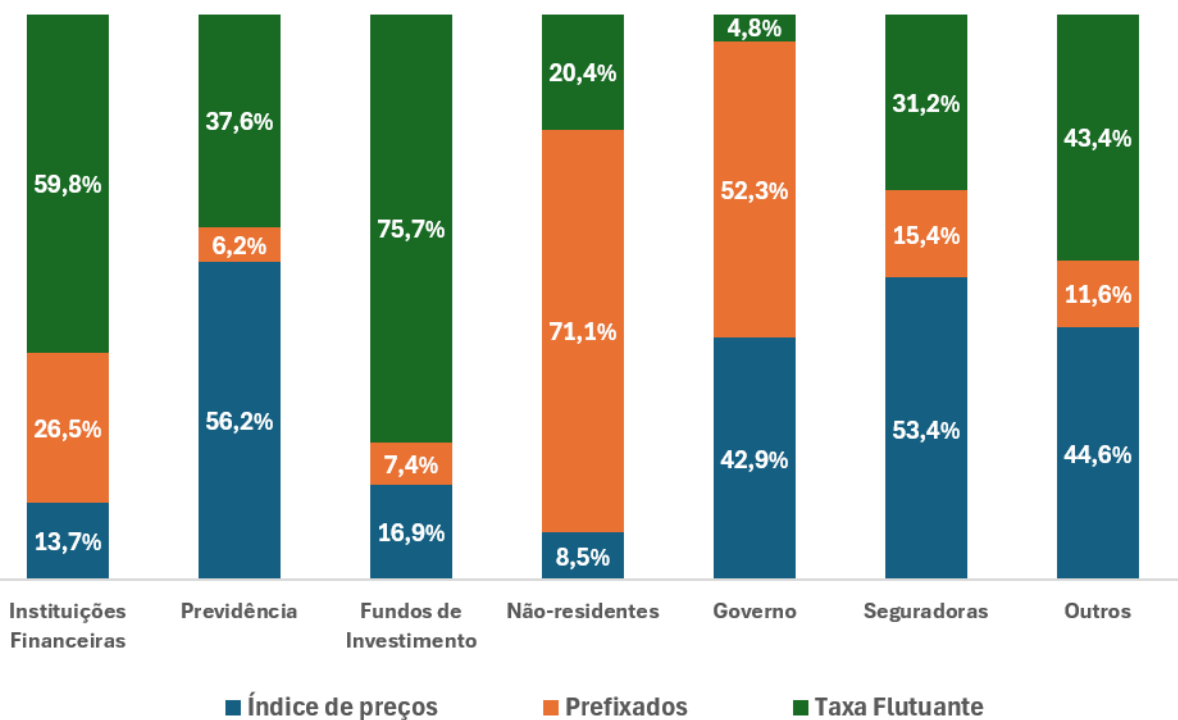


Nota: “Governo” inclui fundos administrados pelo setor público.

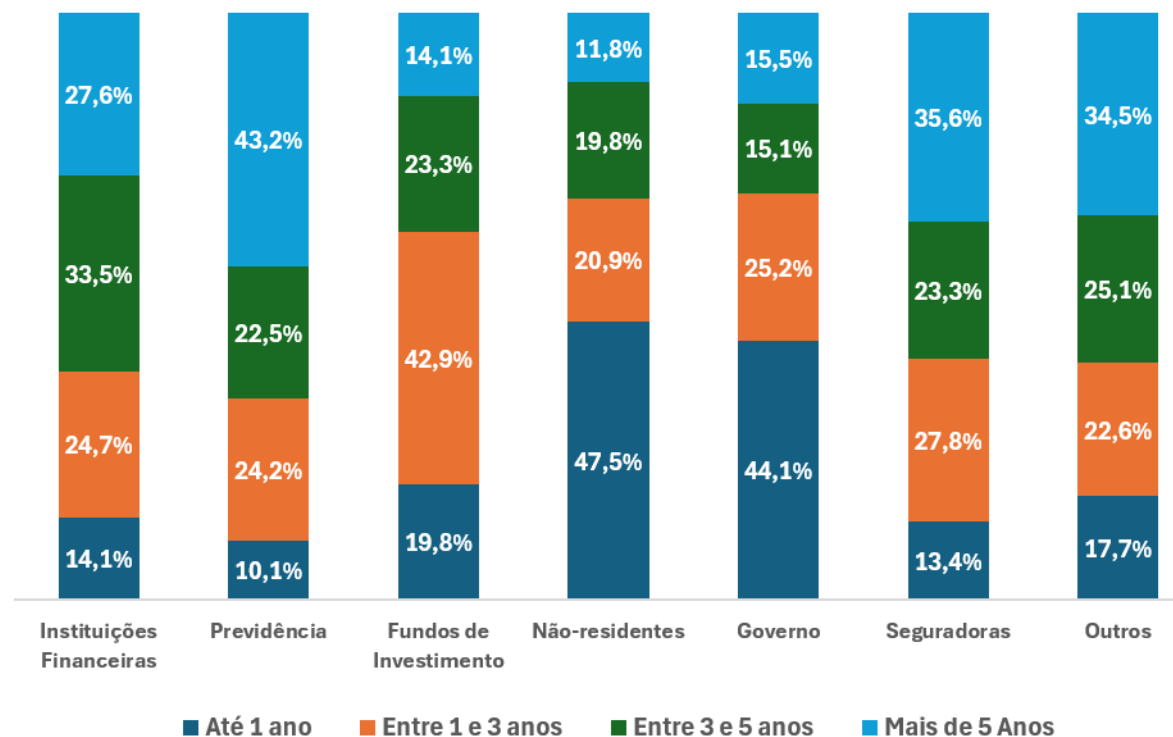
Fundos de previdência têm preferência por títulos indexados à inflação, enquanto não residentes têm demanda mais forte por títulos prefixados de longo prazo

Base de investidores por indexadores e prazo

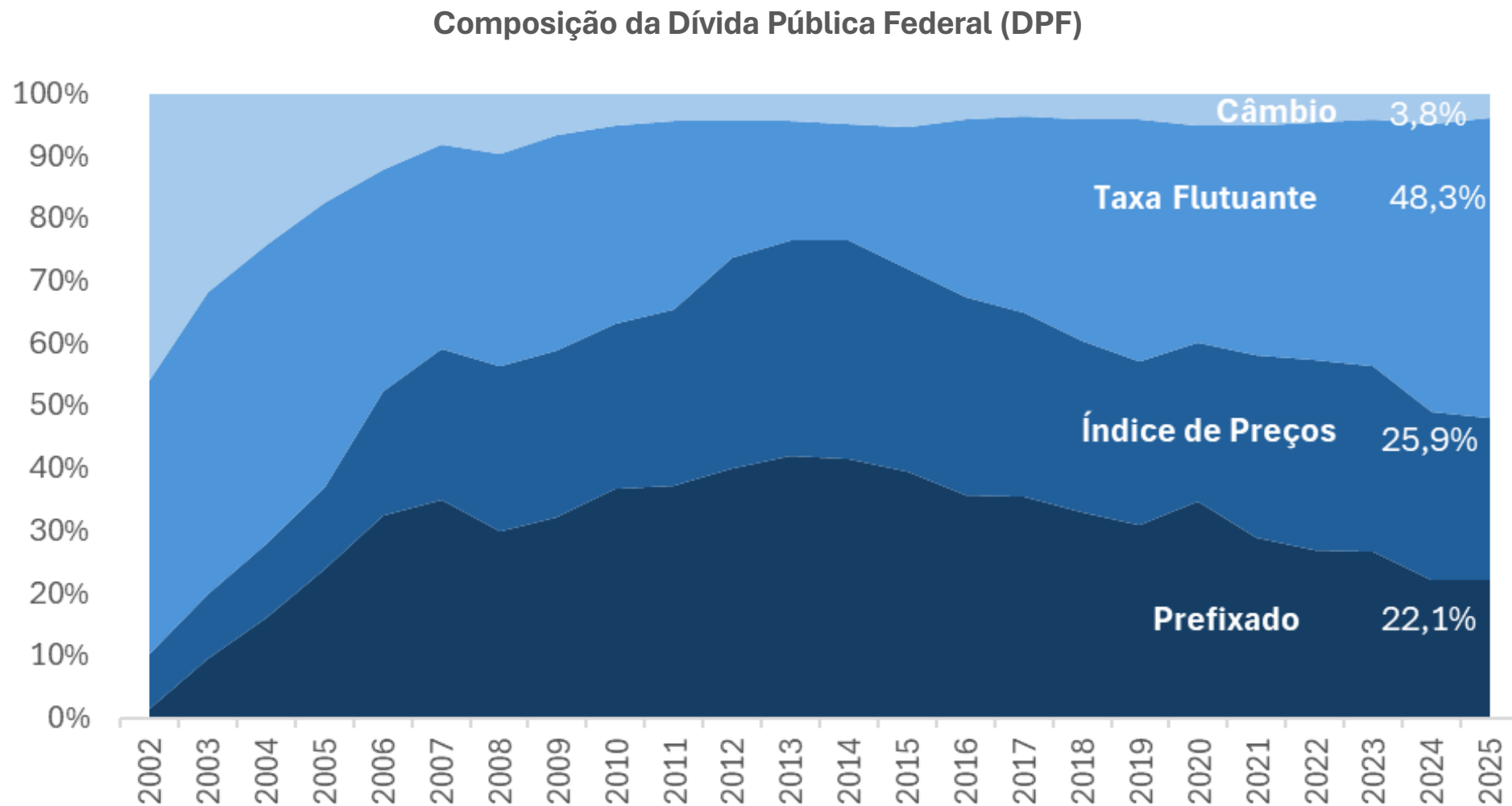
Distribuição por indexadores (Abril/26)



Distribuição por prazo (Abril/26)

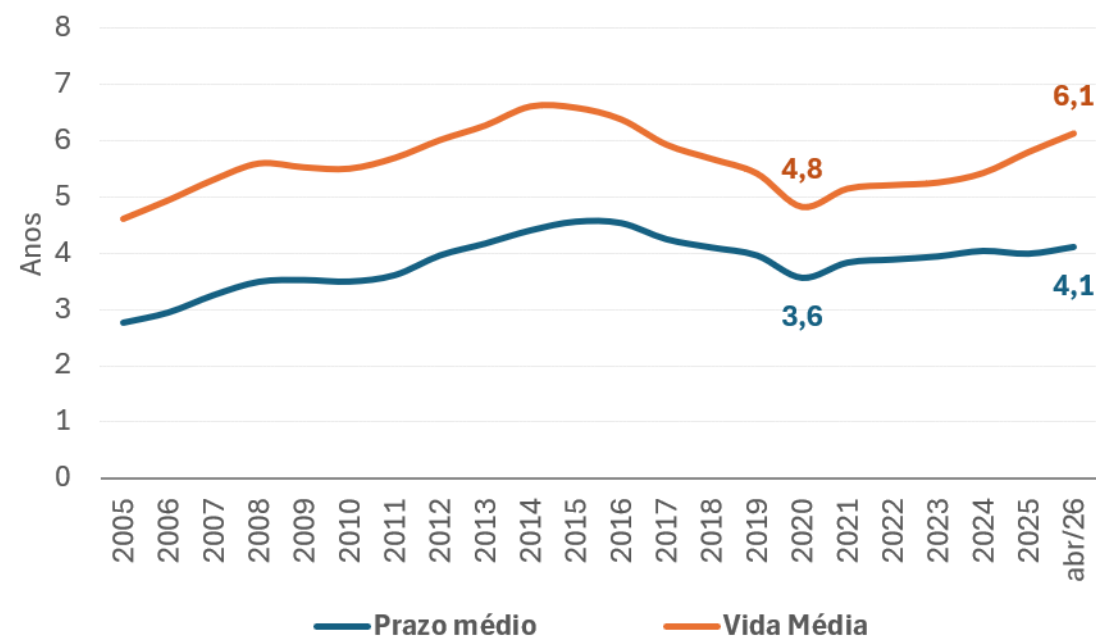
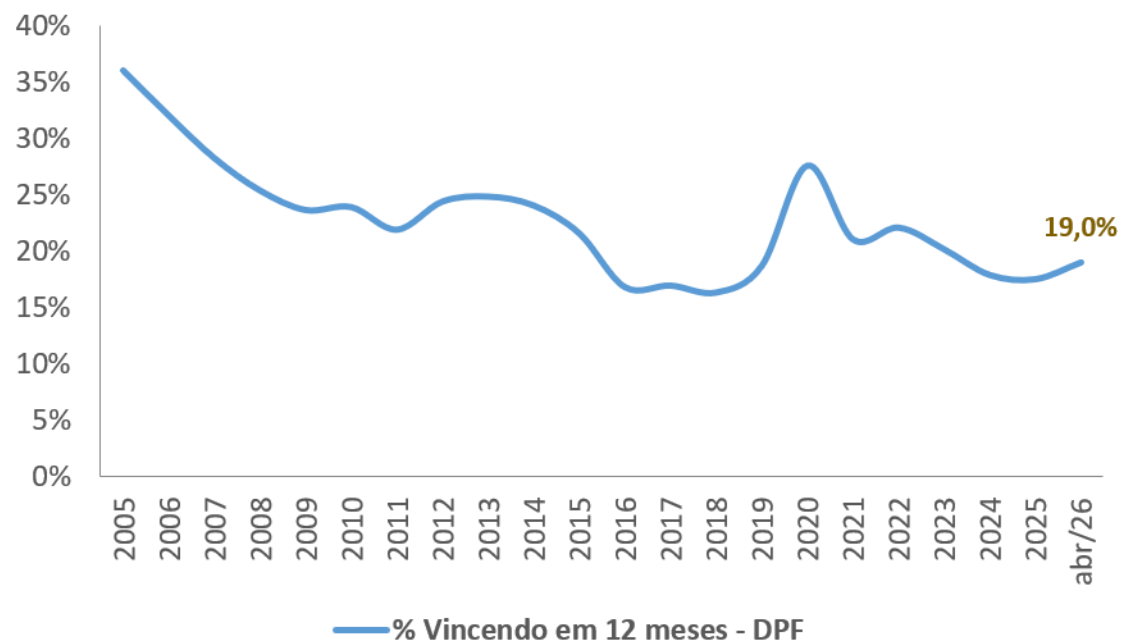


A base de investidores diversificada permite ao Tesouro emitir diferentes tipos de títulos



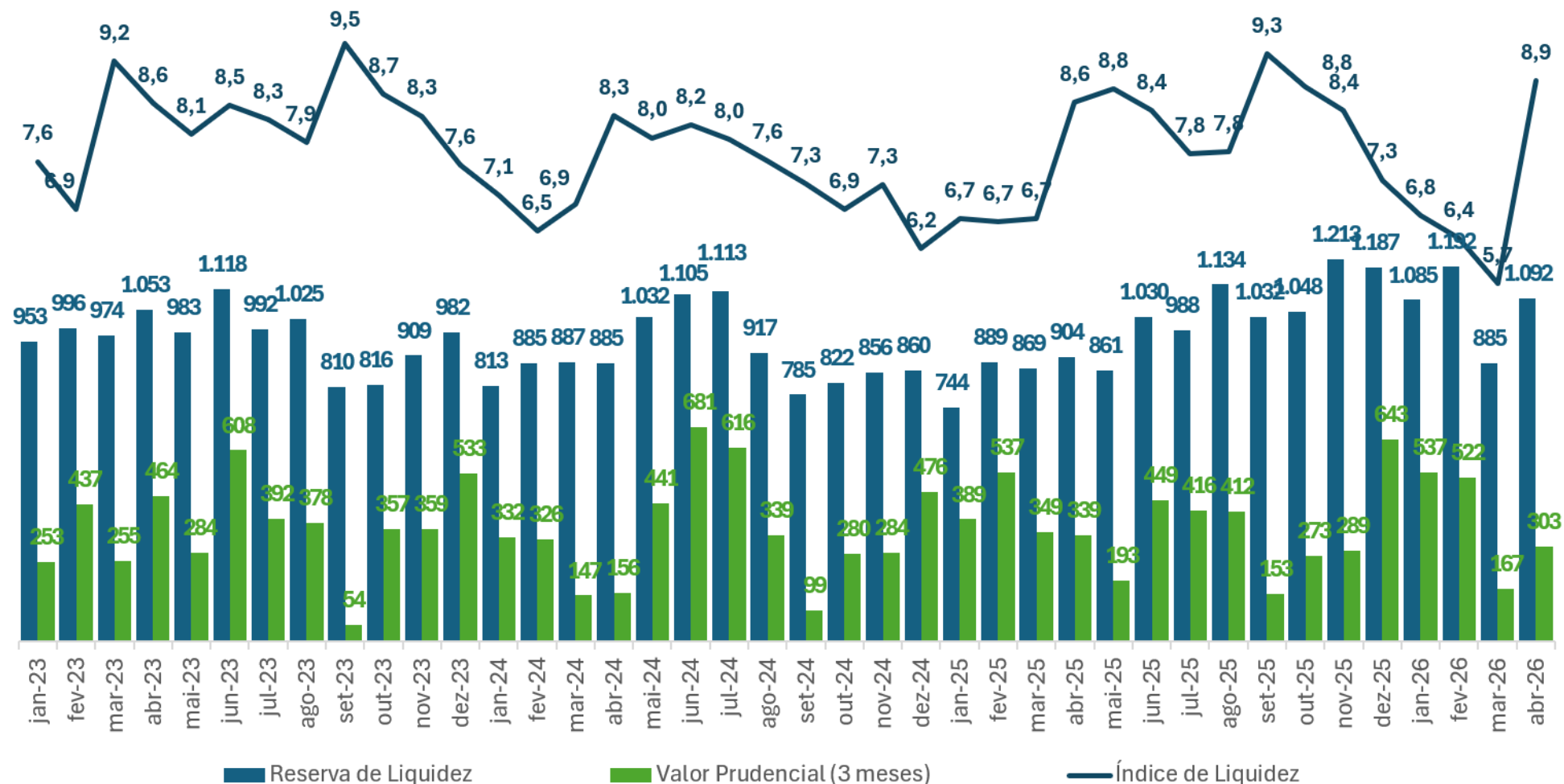
A possibilidade de emitir diferentes títulos contribuiu para reduzir a concentração de vencimentos e para aumentar o prazo médio da dívida.

Estrutura de Vencimentos e Risco de Refinanciamento



O Tesouro Nacional dispõe de robusta reserva de liquidez para mitigar risco de refinanciamento

Reserva de Liquidez da Dívida Pública Federal* (R\$ bi)



Ao final de Abril de 2026, a Reserva de Liquidez da dívida alcançou cerca de **R\$ 1,092 trilhão**, valor suficiente para cobrir 8,9 meses de vencimentos.

* Posição de caixa depositada na conta única do Tesouro no Banco Central e dedicada exclusivamente à gestão da dívida

Estratégia de Mercado Externo

Diretrizes gerais

Criação e aperfeiçoamento de vértices de referência (*benchmarks*) na estrutura a termo da taxa de juros

Possibilidade de realização de operações de gerenciamento do passivo externo

Monitoramento da dívida contratual externa

Aprimoramento e diversificação da base de investidores

Apoio aos compromissos nacionais para a transição ecológica

- O planejamento prevê a continuidade de **emissões externas convencionais e de títulos sustentáveis**;
- A estratégia de emissões externas objetiva manter uma **curva de juros soberana eficiente no mercado externo** com formação de preços e liquidez adequadas
- Emissões externas soberanas são úteis para a formação de preços de **financiamento externo de empresas brasileiras**.

Títulos sustentáveis

- Além de seguir as diretrizes gerais da estratégia para a dívida externa, as emissões de títulos sustentáveis alocam os recursos captados (em valor equivalente) exclusivamente em despesas elegíveis pelo **Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis** associadas a benefícios ambientais e/ou sociais;
- Para aprimorar a transparência, o país voluntariamente optou por publicar um **Relatório de Pré-Emissão com Alocação Indicativa de Recursos**, que indica as categorias de despesas elegíveis do Arcabouço que serão consideradas a cada emissão sustentável em particular;
- As emissões sustentáveis brasileiras cumprem o compromisso de divulgação periódica sobre o uso dos recursos em **Relatórios de Alocação e Impacto**.













O Governo Brasileiro trabalhou em conjunto com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na construção do Arcabouço.

Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis






- O Arcabouço Brasileiro foi desenvolvido para a emissão de títulos sustentáveis, com base nas **Sustainability Bond Guidelines da ICMA**, e em linha com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU**, abrangendo 13 dos 17 ODS.
- Títulos Sustentáveis combinam o uso de recursos, **tanto para fins ambientais quanto sociais, em projetos específicos**.
- A emissão de títulos sustentáveis é condizente com a estratégia do Tesouro Nacional de acessar o mercado com certa frequência e em montante suficiente para **garantir que os títulos tenham liquidez e precificação adequadas**.
- Esse processo contribui para **melhorar a transparência e a comunicação do Brasil** sobre a agenda de sustentabilidade.
- Para mais informações, acesse: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/divida-publica-federal/titulos-sustentaveis>



Brasil publicou três Relatórios de Pré-Emissão, sendo o último em Agosto/25

Categorias de despesas	Mínimo	Máximo	ODS Impactados	
Ambiental *	50%	60%		
Energia Renovável	12,0%	16,0%		
Gestão sustentável de recursos vivos e naturais e uso da terra	10,0%	14,0%		 
Biodiversidade Terrestre e Aquática	15,0%	19,0%		 
Gestão sustentável das águas e dos efluentes	11,0%	15,0%		 
Adaptação às mudanças climáticas	2,0%	6,0%		

* Apesar dos valores individuais de cada categoria poderem variar dentro da faixa apresentada, a soma das categorias deverá ser sempre no mínimo 50% e no máximo a 60%



Categorias de despesas	Mínimo	Máximo	ODS Impactados	
Social **	40%	50%		
Combate à pobreza	20,0%	25,0%		
Segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis	10,0%	15,0%		
Acesso à infraestrutura básica	10,0%	15,0%		

** Apesar dos valores individuais de cada categoria poderem variar dentro da faixa apresentada, a soma das categorias deverá ser sempre no mínimo 40% e no máximo 50%

Tipo de Despesa	Mínimo	Máximo
Ambiental	50,0%	60,0%
Social	40,0%	50,0%

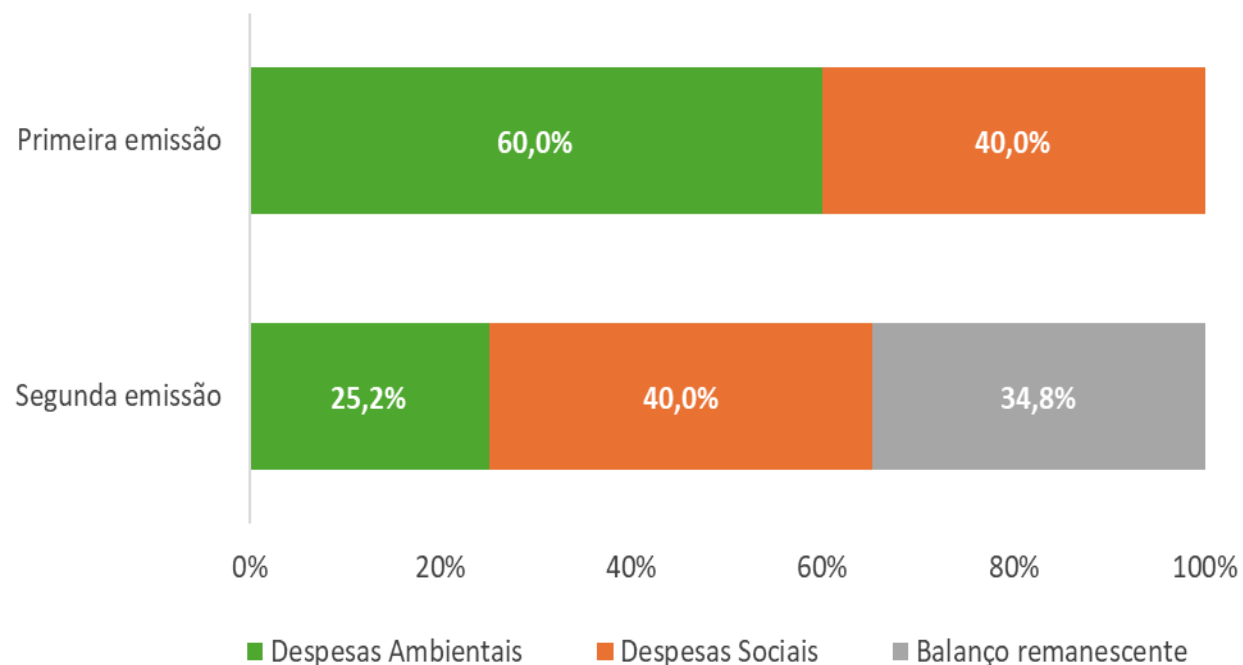


Emissões externas recentes – títulos soberanos sustentáveis

Detalhes das Emissões	
Data de Emissão	13 de novembro de 2023
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	\$ 2 bilhões
Prazo	7 anos (1 de março de 2031)
Cupom	6,250%
Taxa	6,500% (spread de 181,9 p.p. sobre US Treasury bond)
	
Data de Emissão	20 de junho de 2024
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	\$ 2 bilhões
Prazo	7 anos (22 de janeiro de 2032)
Cupom	6,125%
Taxa	6,375% (spread de 212.80 p.p. sobre US Treasury bond)
	
Data de Emissão	6 de novembro de 2025
Moeda	Dólar americano (\$)
Montante	US\$ 1,5 bilhão
Prazo	7 anos (4 de fevereiro de 2033)
Cupom	5,50%
Taxa	5,75% (spread de 187,40 p.p. sobre US Treasury bond)

Relatório de Alocação e Impacto – RAI 2025

Despesas ambientais, despesas sociais e balanço remanescente



- Em novembro de 2025, o Tesouro Nacional publicou o **segundo Relatório de Alocação e Impacto** (RAI 2025) referente à primeira e à segunda emissão dos títulos soberanos sustentáveis.

Critério Temporal para Alocação

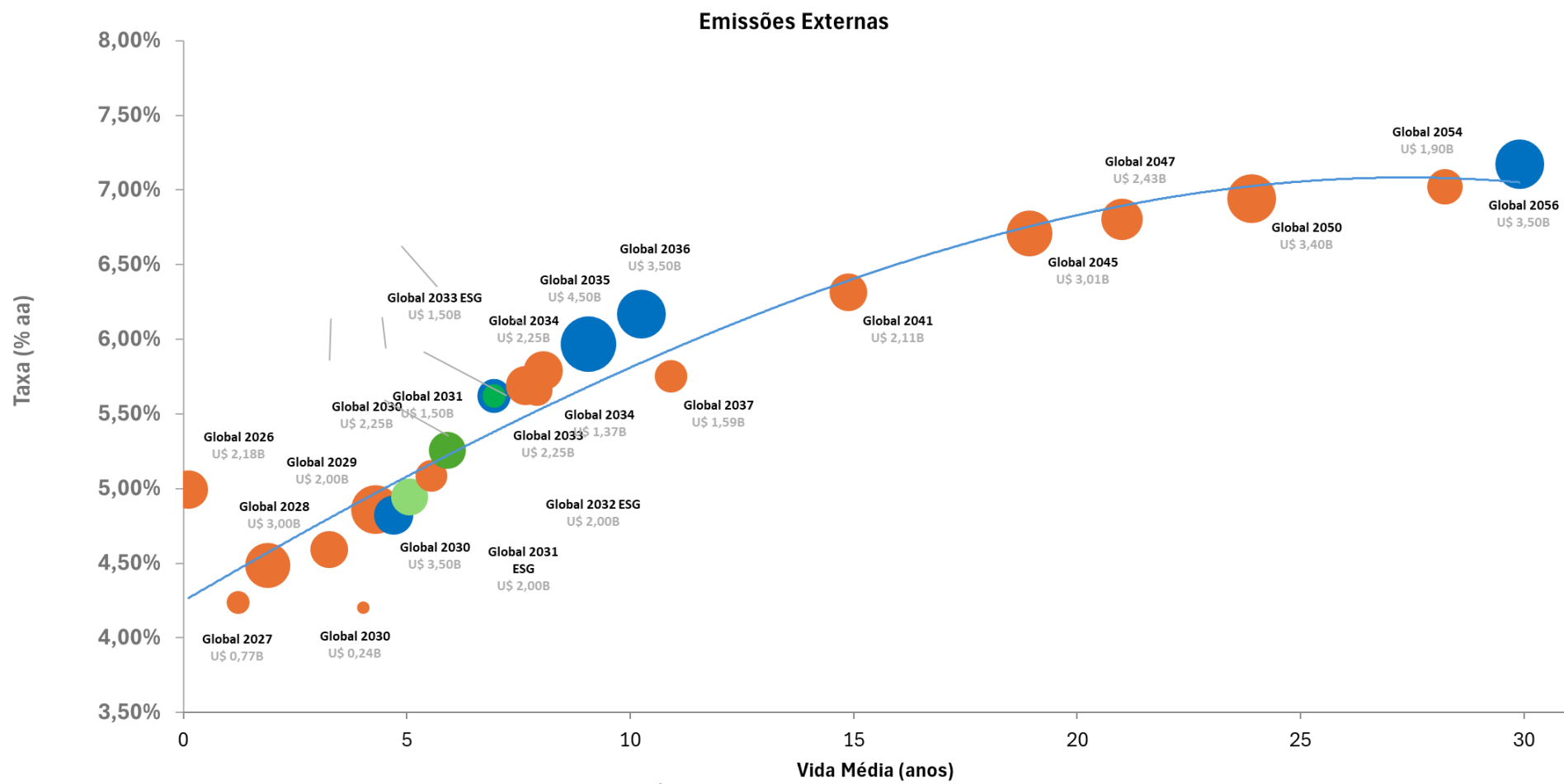
- Despesas elegíveis podem ser realizadas no período compreendido entre 12 meses antes da emissão e 24 meses após a emissão de cada título. Dessa forma, **o RAI 2025 contempla uma alocação total da 1ª emissão de novembro 23, e uma alocação parcial da 2ª emissão de 2024.**

Relatório de Alocação e Impacto – RAI 2025

Categorias de despesas	1ª Emissão (Nov23)			2ª Emissão (Mai24)		
	Mínimo RPE	Máximo RPE	Alocado	Mínimo RPE	Máximo RPE	Alocado
Ambiental	50,0%	60,0%	60,0%	50,0%	60,0%	25,2%
1.1 Controle de emissões de GEE	0,1%	0,2%	0,2%	4,0%	5,0%	-
1.2 Gestão de resíduos sólidos	-	-	0,1%	-	-	-
2. Energia Renovável	15,0%	20,0%	15,0%	30,0%	34,0%	11,2%
3. Eficiência Energética	-	-	-	0,5%	1,0%	0,3%
4. Transporte Limpo	20,0%	25,0%	3,2%	13,0%	17,0%	-
5. Recursos vivos e naturais e uso da terra	3,0%	6,0%	14,5%	-	-	8,9%
6. Biodiversidade Terrestre e Aquática	11,0%	18,0%	18,0%	1,0%	2,0%	2,9%
7. Gestão das águas e dos efluentes	-	-	8,2%	-	-	-
8. Adaptação às mudanças climáticas	0,5%	0,8%	0,8%	1,0%	2,0%	1,7%
9. Economia circular	-	-	-	0,5%	1,0%	0,3%
Social	40,0%	50,0%	40,0%	40,0%	50,0%	40,0%
1.1 Combate à pobreza	30,0%	40,0%	30,0%	36,0%	46,0%	36,0%
1.2. Combate à discriminação	-	-	-	-	-	-
2. Segurança alimentar	10,0%	17,0%	10,0%	-	-	-
3. Geração de empregos	-	-	-	-	-	-
4. Acesso a habitação acessível	-	-	-	-	-	-
5. Acesso a infraestrutura básica	-	-	-	4,0%	8,0%	4,0%

Para os títulos sustentáveis, a estratégia do Tesouro consiste em estabelecer referências bem definidas na curva, especificamente na faixa entre 7 e 11 anos

Yield Curve – Emissões Externas



* Em 25 de fevereiro de 2026, o tamanho das bolhas representa o valor dos títulos



Dívida Pública Federal

Apresentação para investidores

Para dúvidas ou comentários, entre em contato conosco:
stndivida@tesouro.gov.br

Estatísticas da Dívida Pública Federal disponíveis em:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-mensal-da-divida-rmd>